



PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
CNPJ-MF nº. 02.864.364/0001-45
SANTOS – SP

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

2018

ÍNDICE

	Página
● Relatório dos Auditores Independentes	
● Relatório da Administração	3/5
● Balanço Patrimonial	6/7
● Demonstração do Resultado	8
● Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido	9
● Demonstração de Outros Resultados Abrangentes	10
● Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
● Notas Explicativas	12

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA

C.N.P.J. 02.864.364/0001-45

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação dos senhores as Demonstrações Financeiras do Plano de Saúde Ana Costa Ltda. e o Relatório dos Auditores Independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado com o encerramento em 31 de dezembro de 2017.

Principais Resultados

O Plano de Saúde Ana Costa teve um crescimento na receita com operações de assistência à saúde de 8,6% comparado com 2017. As despesas assistenciais tiveram queda de 0,5% comparado com 2017. A sinistralidade foi de 71,9% contra 77,8% em 2017, representando redução de 5,9%, principalmente em razão de maior controle de custos. As despesas administrativas representaram 9,8% da Receita das Contraprestações Efetivas e as Despesas de Comercialização 3,5%. Neste ano apuramos um Lucro Operacional Bruto com um crescimento de 37% comparado com 2017.

O ano de 2018, encerramos com 97.588 beneficiários, e no ano anterior com 100.650, uma queda de 3,04%, na modalidade de assistência médica e odontológica.

A Operadora mantém seus compromissos financeiros rigorosamente em dia, e não utilizou no exercício crédito de conta garantida, encerrou o ano com o índice de liquidez corrente de 3,48, aumento de 1,38, comparado ao ano 2017.

Em cumprimento à legislação aplicável, que estabelecem as regras para as Garantias Financeiras, encerrou o exercício com suficiência nos Recursos Próprios Mínimos – Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência, Ativos Garantidores – Vínculo e Lastro e Provisões Técnicas – PEONA e PELS.

Em 03 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9656, que prevê o Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS dos gastos incorridos no atendimento a usuários de planos de saúde, quando da utilização

da rede pública. A Operadora vinha contestando estas cobranças por meio de seus advogados e realizando depósitos judiciais, a fim de respaldar a Operadora. A partir de agosto/2017, após ser adquirida passou a seguir a diretriz do Grupo AMIL no que se refere ao ressarcimento ao SUS, passando a quitar as GRU's – Guia de Recolhimento da União, referente ABI's – Aviso de Beneficiários Identificados, que não são passíveis de impugnação.

Política de destinação de lucros/superávits/sobras

Em conformidade com o Contrato Social, a distribuição de dividendos é deliberada em Assembleia de Sócios.

Investimentos

Em 2018, investimos na empresa controlada Hospital Ana Costa S.A., R\$ 24.010.314, desse valor foi integralizado para capital R\$ 23.010.314 correspondente a 1.676.065.946 ações, passando o percentual de participação de 57,41% para 99,34%, restando um saldo de R\$ 1.000.000 no AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

O resultado da equivalência patrimonial proveniente da empresa controlada foi negativo em R\$ 3.391.022.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano de Saúde Ana Costa contava com 178 colaboradores e 159 em 2017. Este aumento ocorreu principalmente em razão da contratação de colaboradores para as áreas Comerciais e de Atendimento devido ao incentivo nas vendas. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela organização a seus colaboradores como: assistência médica, vales refeição, alimentação e transporte, auxílio creche, uniformes e treinamentos internos e externos.

Perspectivas

Apesar do cenário macroeconômico ainda em recuperação, com perspectiva de desafios para a manutenção do setor de forma sustentável, a Operadora continua emanando esforços e aprimorando seus processos a fim de melhorar sua eficiência operacional, de modo a obter maior controle de custos que impactam diretamente no resultado da operação.

O Plano de Saúde Ana Costa continua confiante na recuperação e desenvolvimento do setor de saúde suplementar.

Na área Comercial, o objetivo da empresa é continuar crescendo e assumir a liderança em sua região de atuação, valendo-se de estratégias de incentivo nas vendas e maior divulgação da marca.

Na área assistencial, a empresa continuará investindo recursos na Cidade de Santos e toda Baixada Santista, tendo como foco a ampliação da rede de atendimento e na promoção e prevenção da saúde.

Continuidade Operacional

A Administração avaliou as Demonstrações Contábeis apresentadas em 31/12/2018, e verificou que há capacidade financeira em continuar no mercado e traçou novos projetos para o exercício seguinte.

Agradecimentos

O Plano de Saúde Ana Costa agradece à dedicação e o empenho de seus colaboradores, o apoio dos prestadores e fornecedores, a confiança de clientes e toda alta administração, demonstrados para a obtenção dos resultados.

Santos, 07 de março de 2019.

A Diretoria

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
 (EXPRESSO EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		123.884.808	113.423.779
Disponível	4	1.688.151	3.409.373
Realizável		122.196.657	110.014.407
Aplicações Financeiras	5	95.831.619	90.643.010
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		28.057.593	26.638.237
Aplicações Livres		67.774.026	64.004.773
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	20.175.219	18.626.071
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		19.938.091	18.523.338
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		237.129	102.733
Créditos Tributários e Previdenciários	7	352	-
Bens e Títulos a Receber	8	6.171.090	729.186
Despesas Antecipadas	9	18.376	16.139
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.048.050	12.527.331
Realizável a Longo Prazo	10	16.863.892	12.394.062
Aplicações Financeiras			
Ativo Fiscal Diferido	10-a	7.270.249	4.236.680
Depósitos Judiciais e Fiscais	10-b	8.316.990	7.794.316
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	10-c	1.276.652	363.066
Investimentos	11	16.047.298	1
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		16.047.298	1
Imobilizado	12	136.860	133.268
Imobilizado de Uso Próprio		136.860	133.268
Não Hospitalares/Odontológicos		136.860	133.268
TOTAL DO ATIVO		156.932.859	125.951.111

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
 (EXPRESSO EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL			
PASSIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE		51.281.344	54.042.035
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	44.543.899	47.065.730
Provisões de Prêmios / Contraprestações		25.518.634	23.388.369
Provisão de Prêmios / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	13-a	25.518.634	23.388.369
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13-b	4.336.911	5.182.753
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serv.Assistenciais	13-c	5.895.899	6.049.468
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13-d	8.792.456	12.445.140
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	1.643.866	906.176
Contraprestações a Restituir		38.969	3.311
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		478.754	425.403
Comercialização sobre Operações		1.126.143	477.462
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	2.530.427	2.986.118
Débitos Diversos	16	2.563.151	3.084.011
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		16.782.093	6.171.765
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13-b	5.309.092	5.309.092
Provisão de Eventos /Sinistros a Liquidar para SUS		5.309.092	5.309.092
Provisões	17	11.473.001	862.673
Provisões para Ações Judiciais		11.473.001	862.673
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.869.422	65.737.310
Capital Social	18	25.106.551	25.106.551
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(2.689.113)	-
Lucros/Prejuízos-Superávits/Déficits Acumulados ou Resultado		66.451.984	40.630.759
TOTAL DO PASSIVO		156.932.859	125.951.111

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE EM 31/12/2018
E 31/12/2017

(EXPRESSO EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	nota	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestações Efetivas/Premios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		273.524.400	254.064.649
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		280.351.309	258.219.003
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos		280.351.309	258.219.003
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde			
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(6.826.909)	(4.154.354)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	19	(196.631.059)	(197.690.048)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		(200.283.743)	(198.777.687)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		3.652.683	1.087.639
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		76.893.340	56.374.601
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		272.500	17.100
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	20	439.048	107.284
Outras Receitas Operacionais		439.048	107.284
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(16.363)	(3.119)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(3.167.820)	(2.192.423)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(2.703.587)	(976.254)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(464.233)	(1.216.169)
Outras Despesas Oper.de Assist.à Saúde Não Rel.com Planos de Saúde da Operadora		(114.846)	(56.398)
RESULTADO BRUTO		74.305.859	54.247.044
Despesas de Comercialização		(9.544.579)	(2.288.069)
Despesas Administrativas		(26.849.151)	(18.542.208)
Resultado Financeiro Líquido		7.270.515	5.881.173
Receitas Financeiras		7.436.687	7.325.432
Despesas Financeiras		(166.172)	(1.444.259)
Resultado Patrimonial		(3.391.561)	4.030.866
Receitas Patrimoniais		3.297.362	7.377.575
Despesas Patrimoniais		(6.688.922)	(3.346.709)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		41.791.084	43.328.806
Imposto de Renda		(13.822.385)	(9.238.162)
Contribuição Social		(5.181.044)	(3.405.578)
Impostos Diferidos		3.033.569	4.233.401
RESULTADO LÍQUIDO		25.821.225	34.918.466

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (EXPRESSO EM REAIS)

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL CNPJ. 02.864.364/0001-45 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017				
	Capital/Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	10.106.551		5.732.881	15.839.432
Aumento de Capital	15.000.000			15.000.000
Ajustes de exercícios anteriores da controlada (nota w)			(20.588)	(20.588)
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício			34.918.466	34.918.466
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	25.106.551		40.630.759	65.737.310
Perda na Variação de Percentual na Particip.de Investimentos		(2.689.113)		(2.689.113)
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício			25.821.225	25.821.225
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	25.106.551	(2.689.113)	66.451.984	88.869.422

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(EXPRESSO EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do Exercício	25.821.225	34.918.466
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(2.689.113)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	23.132.111	34.918.466

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 (EXPRESSO EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA - DFC		
D.F.C	ANO 2018	ANO 2017
Atividades Operacionais		
(+) Recebimentos de Plano de Saúde	281.920.402	260.658.556
(+) Outros recebimentos Operacionais	0	164.543
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serv Saúde	(203.753.841)	(198.435.924)
(-) Pagamentos de comissões	(8.703.603)	(1.967.021)
(-) Pagamentos de pessoal	(8.260.520)	(9.889.141)
(-) Pagamentos de Serviços de terceiros	(3.421.296)	(7.341.992)
(-) Pagamentos de tributos	(28.080.079)	(23.664.109)
(-) Pagamentos de contingências(cível/trabalhista/tributária)	(2.227.516)	(3.482.512)
(-) Pagamento de aluguel	(403.262)	(410.775)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(246.352)	(698.450)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(28.480.414)	(2.905.219)
Caixa Líquido das atividades Operacionais	(1.656.481)	12.027.957
Atividades de Investimento		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(43.621)	(47.707)
Caixa Líquido das atividades de Investimentos	(43.621)	(47.707)
Atividades de Financiamentos		
(+) Integralização de Capital		15.000.000
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	9.107.224	2.558.243
(+) Resgates de Aplicações Financeiras	26.589.539	10.408.180
(-) Aplicações Financeiras	(35.717.883)	(37.700.000)
(-) Outros Pagamentos de Atividades de Financiamento		(2.836)
Caixa Líquido das atividades de Financiamento	(21.119)	(9.736.413)
Saldo do Período Anterior - Caixa e Bancos	3.409.373	1.165.535
Atividades Operacionais	(1.656.481)	12.027.957
Atividades de Investimento	(43.621)	(47.707)
Atividades de Financiamentos	(21.119)	(9.736.413)
Fluxo do Caixa do Ano	(1.721.221)	2.243.837
Saldo Final do Período - Caixa/Bancos/Aplicações Liquidez Imediata	1.688.151	3.409.373

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTA 1 – Contexto Operacional

A empresa foi constituída sob a forma de sociedade civil de responsabilidade limitada, fundada em 23 de outubro de 1998, com fins lucrativos. O objeto social da sociedade é a operação de planos privados de assistência à saúde, individual, familiar, coletivos e odontológicos, utilizando meios de execução exclusivo do credenciamento de terceiros.

As receitas provêm de venda de planos privados de assistência à saúde, representado por pessoas de natureza jurídica e física, vinculadas a contraprestações pecuniárias pré-estabelecidas e região de segmentação da carteira e encontra-se em grupos de municípios, em Santos e cidades adjacentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria, em 07 de Março de 2019.

As demonstrações financeiras do Plano de Saúde Ana Costa Ltda., levantadas em 31 de dezembro de 2018 comparativas com 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pelas Resoluções Normativas ANS 430/17 e 418/16.

a) Balanço Patrimonial

Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades Anônimas em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. Os Ativos e Passivos vencíveis até 31/12/2019 foram classificados como Circulante enquanto os vencíveis após essa data como Não Circulante;

b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa

Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades Anônimas em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09.

NOTA 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

A escrituração e as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos critérios contábeis constantes na Lei das S/A, com a nova redação dada pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09 (artigos 37 e 38), atendem plenamente os Pronunciamentos Técnicos CPC aplicáveis à empresa, com observância das normas de operadoras de planos de saúde, emanadas pela ANS/MS – Agência Nacional de Saúde Suplementar – Ministério de Saúde, especificamente à Lei nº 9.656/98 de 03 de junho de 1998 e legislações complementares, basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade.

A empresa não apresentou demonstrações contábeis consolidadas, pois a controladora final disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que suas controladas são consolidadas. Essa dispensa está em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36.

NOTA 03 – Principais Diretrizes Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados.

3.1 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora.

3.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas e pronunciamentos do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados

3.3 Instrumentos Financeiros

A Empresa opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.4 Aplicações Financeiras Garantidoras de Provisões Técnicas

Referem-se a aplicações em fundos de investimentos privados representado exclusivamente por títulos públicos, para garantia da Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados e

Ressarcimento ao SUS. A aplicação está demonstrada ao custo, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e não superam o valor de mercado. As garantias financeiras vinculadas até a data do balanço obedecem a critério previsto na Resolução Normativa RN nº 390/2015, independente da constituição total ou acima da proporcionalidade das provisões técnicas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 05

3.5 Aplicações financeiras livres

As aplicações financeiras não lastreadas ao fundo garantidor ANS, são de livre movimentação financeira, estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos apropriados até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 05

3.6 Créditos a Receber com Operações de Assistência à Saúde

Os créditos a receber com operações de plano de assistência à saúde referem-se às mensalidades previstas nos contratos individuais ou familiares e nota fiscal dos contratos com pessoas jurídicas são reconhecidos pelo valor nominal, conforme demonstrado na nota explicativa nº 06.

3.7 Provisões para Perdas sobre Créditos

Em relação aos créditos foram constituídas provisões sobre a totalidade dos créditos contratuais de planos individuais e coletivos que apresentaram parcelas vencidas. A Entidade adotou o critério da constituição da provisão para possíveis perdas em seus créditos de contraprestações pecuniárias a receber, considerando: (Nota nº 06)

I – O montante dos créditos cuja inadimplência supere 60 (sessenta) dias, para os casos que correspondem a operações com planos individuais de assistência à saúde;

II – O montante dos créditos, cuja inadimplência supere 90 (noventa) dias, para os casos que correspondem a operações de planos coletivos de assistência à saúde.

3.8 Créditos Tributários e Previdenciários

As receitas operacionais da sociedade não estão sujeitas à retenção na fonte pagadora de impostos e contribuições federais e municipais como antecipação dos valores devidos na apuração mensal ou anual. O crédito tributário computado nas demonstrações é referente ao INSS que será compensado no exercício seguinte, conforme demonstrado na nota explicativa nº 07.

3.9 Investimentos

A participação na Sociedade Controlada objetiva à utilização das atividades médicas hospitalares e ambulatorial, a título de rede assistencial credenciada.

A sociedade possuía 57,41% do capital social do Hospital Ana Costa S.A. e passou a ter e 99,34%, contratualmente designada sócia controladora, sendo avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizados

Os bens do ativo imobilizado, não hospitalares estão demonstrados pelo valor de custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, as quais estão demonstradas em notas explicativas do imobilizado.

3.11 Provisões Técnicas

Constituídas em conformidade com o dispositivo legal contemplado pelo órgão regulador Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, editado pela Resolução Normativa RN nº 209/2009 e alterações promovidas pelas Resoluções Normativas ANS nº 243/2010 e 274/2011, a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, foi integralmente constituído.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada por meio de metodologia própria constante de Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP). A partir da data-base abril/2016, foi adotada nova metodologia de cálculo através da Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) elaborada pela Strategy Consultoria e aprovada pela ANS por meio do Ofício nº 227/2016 GGAME (COATU) DIOPE em 22 de março de 2016, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14-d.

3.12 Eventos a Liquidar de Operação de Assistência à Saúde

Referem-se a obrigações conhecidas com a utilização de prestadores de serviços na rede credenciada, das despesas assistenciais de planos de saúde e ainda de valores de notificações para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS por atendimentos realizados junto aos beneficiários dos planos de saúde da operadora.

3.13 Provisões para Ações Judiciais

As provisões foram registradas com base em estimativas apontadas em relatório dos consultores jurídicos sobre processos de ações cíveis, tributárias e trabalhistas.

3.14 Impostos correntes e diferidos

Os tributos sobre a renda correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os tributos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados nas notas explicativas nº 10 e 15.

3.15 Contratos de Planos de Assistência Médica - Provisão de Contraprestação não Ganha

A classificação de todos os contratos de planos de assistência médica foi efetuada com base no período de cobertura dos contratos, conforme disposições contidas na RN nº 314/2012, da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, que determinam adoção do critério de pró-rata die para apropriação da receita das contraprestações a preço preestabelecido.

O reconhecimento contábil é feito por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes, mediante a apuração de parcelas de prêmios não ganhas, relativas ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento. Tal montante é revertido mensalmente no último dia do mês, com relação ao risco decorrido.

NOTA 04 - Disponibilidades

As disponibilidades compreendem os valores do Fluxo de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e em fundo de investimento junto às Instituições Financeiras.

Descrição	2018	2017
Caixa	6.199	1.172
Bancos	13.403	7.528
Aplicações de Liquidez Imediata	1.668.549	3.400.672
Total	1.688.151	3.409.373

As aplicações compromissadas do Santander tem rentabilidade de 50% do CDI, Conta MAX SANTANDER tem rentabilidade de 10% do CDI e a Aplicação Automática Itaú tem rentabilidade de 2% do CDI.

NOTA 05 – Aplicações Financeiras

Descrição	2018	2017
Aplicações Financeiras Garantidoras	28.057.593	26.638.237
Aplicações Financeiras Livres	67.774.026	64.004.773
Total	95.831.619	90.643.010

Tipo de Aplicação	rentabilidade
ITAÚ CORP PLUS RENDA FIXA REFERENCIADO DI - FICFI	98,68%
ITAÚ CORPORATE CP DIFERENCIADO RF FICFI	100,00%
SANTANDER ANS BR RENDA FIXA	91,80%
SANTANDER FIC FI CORPORATE RENDA FIXA	98,88%
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA	98,86%
BRADESCO RENDA FIXA REFERENCIADO DI TOP	97,35%

Aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS.

As aplicações financeiras do Santander estão remuneradas a variação de 91,80% à 98,88% do CDI;

As aplicações dos Bancos Itaú, Bradesco são remuneradas a 97,35% a 100% do CDI, conforme detalhamento no quadro acima.

NOTA 06 – Contraprestações Pecuniárias a Receber

Créditos de Operações com Planos de Saúde								
Contraprestação Pecuniária a Receber								
Mensalidades/Faturas								
	Plano Individual/Familiar		Plano Coletivo Empresarial		Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros		2018	2017
	2018	2017	2018	2017	2018	2017		
a Vencer	12.130.532	10.955.570	4.851.446	5.096.331	234.455	101.575	17.216.433	16.153.476
Vencidos								
de 1 a 30 dias	2.006.930	1.744.563	498.234	442.832	2.142	2.352	2.507.306	2.189.746
de 31 a 60 dias	541.262	382.075	89.060	42.235	881	1.087	631.203	425.397
de 61 a 90 dias	162.189	115.370	36.522	21.689	369	204	199.079	137.263
a mais de 90 dias	326.520	371.041	131.281	209.802	705	988	458.507	581.832
Subtotal:	3.036.901	2.613.049	755.096	716.558	4.098	4.631	3.796.095	3.334.238
Total:	15.167.433	13.568.619	5.606.542	5.812.889	238.553	106.206	21.012.528	19.487.714
PPSC	(682.884)	(630.014)	(153.001)	(228.156)	(1.424)	(3.473)	(837.308)	(861.643)
SALDO:	14.484.549	12.938.605	5.453.541	5.584.733	237.129	102.733	20.175.219	18.626.071

NOTA 07 – Créditos Tributários

DESCRIÇÃO	2018	2017
Crédito de Prev. Social a Compensar/Rest	352	-
Total	352	-

NOTA 08 – Outros Bens e Valores

Descrição	2018	2017
Notas Promissórias	668.930	127.845
Cheques em Cobrança	143.548	142.755
Acordo Judicial	375.133	495.040
Sub. Total	1.187.611	765.641
PPSC	(656.691)	(244.661)
Sub. Total	530.920	520.980
Adiantamento a Funcionários	72.654	37.824
Adiantamento Diversos (i)	5.337.492	170.383
Outro Créditos	230.025	-
Sub. Total	5.640.170	208.207
Total	6.171.090	729.186

(i) Os valores são referentes adiantamentos de pagamentos de comissões de vendas as corretoras.

NOTA 09 – Despesas Antecipadas

Descrição	2018	2017
Assinaturas de Boletins e Jornais		163
Prêmios de Seguros	-	167
Vale Transporte	13.723	11.809
Diferimento de Manutenção de Software	4.653	4.000
Total	18.376	16.139

NOTA 10 – Realizável a Longo Prazo

A) ATIVO FISCAL DIFERIDO

Descrição	2018	2017
IRPJ DIFERIDO	5.345.771	3.115.206
CSLL DIFERIDO	1.924.478	1.121.474
Total	7.270.249	4.236.680

Os valores dos Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos pelas diferenças temporárias em face de contabilizações de provisões constituídas sobre créditos com planos de assistência à saúde, provisões de eventos a liquidar (SUS) e provisões de ações judiciais, cujos valores serão liquidados em períodos futuros por meio de saída de recursos, o que caracteriza a existência de uma diferença temporária entre o valor contábil do passivo e sua base fiscal, houve o registro do ativo fiscal diferido relativo ao IRPJ e CSLL, o qual será recuperável nos períodos futuros quando esse passivo for dedutível para determinar o lucro tributável, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS12).

B) DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Depósitos Judiciais	2018	2017
Garantia ANS / Ressarcimento ao SUS	6.811.787	6.291.005
Causas Cíveis	793.702	782.850
Causas Trabalhistas	711.501	720.461
Total	8.316.990	7.794.316

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Outros Créditos a Receber	2018	2017
Bloqueio Judicial em Conta Corrente	276.653	363.066
Total	276.653	363.066

Outros Créditos a Receber	2018	2017
Intercia-Hospital Ana Costa S.A.- AFAC	999.999	-
Total	999.999	-

TOTAL REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.863.891	12.394.062
---------------------------------------	-------------------	-------------------

NOTA 11 – Investimento

Participação em Empresa Controlada:	2018	2017
Hospital Ana Costa S.A.		
Capital Social	33.779.465	17.018.805
Total de quotas no Capital da Controlada	1.702.289.110	26.223.164
Participação no Capital Social	99,34%	57,41%
Patrimônio Líquido da Controlada	16.153.274	(1.537.849)
Lucro/Prejuízo do Exercício	(5.319.191)	(11.058.587)
Lucro/Prejuízo da Equivalência Patrimonial	(3.391.023)	4.431.509
Equivalência Patrimonial s/ajustes exerc. Anteriores	-	(20.588)
(-)Prov.Perdas Adicionais Invest. Passivo Não	-	(882.879)
Valor do Investimento em 31 de Dezembro	16.047.298	1

Em 2018, houve investimentos na empresa controlada Hospital Ana Costa S.A., no montante de R\$ 24.010.314, desse valor foi integralizado para capital R\$ 23.010.314, correspondente a 1.676.065.946 ações, passando o percentual de participação de 57,41% para 99,34%.

NOTA 12 – Imobilizado

O ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas as suas atividades operacionais, possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado individuais, deduzido das depreciações calculadas pela taxa fiscal de 10% a.a, para máquinas e equipamentos não hospitalares, móveis e utensílios, Instalações, Sistema de Comunicação e Outras Imobilizações. Para computadores e Periféricos e Veículos pela taxa fiscal de 20% a.a.

Imobilizado	31/12/2016 Saldo Anterior	Adições	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2017 Valor Residual	Adições	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2018 Valor Residual
Máq.e Equipmtos.não Hospitalares	20.872	14.320	-	2.204	37.396	9.124	-	-	46.520
Computadores e Periféricos	377.553	2.368	-	-	379.921	45.658	4.342	2.670	423.908
Móveis e Utensílios	143.986	7.026	1.391	2.204	147.417	-	6.275	2.665	143.807
Sistema de Comunicação	47.816	-	-	-	47.816	-	-	-	47.816
Instalações	1.700	-	-	-	1.700	-	-	-	1.700
Veículos	18.474	-	-	-	18.474	-	-	-	18.474
Outras Imobilizações	589.005	89.160	-	-	678.165	-	-	-	678.136
TOTAL	1.199.406	112.874	1.391	-	1.310.890	54.782	10.617	5.335	1.360.360

Depreciação Acumulada	31/12/2016 Saldo Anterior	Adições	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2017 Valor Residual	Depreciação	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2018 Valor Residual
Máq.e Equipmtos.não Hospitalares	(10.840)	(3.161)	-	(312)	(14.313)	(4.166)	-	-	(18.479)
Computadores e Periféricos	(254.241)	(45.777)	-	-	(300.018)	(42.749)	4.695	-	(338.072)
Móveis e Utensílios	(109.576)	(9.785)	834	312	(118.215)	(8.093)	4.748	-	(121.559)
Sistema de Comunicação	(46.596)	(1.045)	-	-	(47.642)	(174)	-	-	(47.816)
Instalações	(623)	(170)	-	-	(794)	(170)	-	-	(964)
Veículos	(18.474)	-	-	-	(18.474)	-	-	-	(18.474)
Outras Imobilizações	(563.660)	(20.775)	(93.730)	-	(678.165)	-	-	-	(678.165)
TOTAL	(1.004.011)	(80.714)	(92.896)	-	(1.177.621)	(55.352)	9.443	-	(1.223.530)

Valor Residual Líquido:	Total
Em 31 de dezembro de 2018	136.831
Em 31 de dezembro de 2017	133.268

NOTA 13 – Garantias Financeiras e Ativos Garantidores

A ANS publicou em 22 de dezembro de 2009 a RN 209, alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 247/11, 313/12, 322/13, 392/15 e 403/16 e Instrução Normativa (IN) 50/12, que estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de Patrimônio Líquido Mínimo. Obedecendo a legislação a Operadora apresentou os seguintes saldos de provisão técnicas:

13 - A

Provisões de Prêmios / Contraprest. Não ganha - PPCNG	2018	2017
Assistencial	25.467.082	23.299.830
Odontologia	51.552	88.539
Total	25.518.634	23.388.369

13 - B

Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	2018	2017
Ressarcimento ao SUS	9.646.003	10.491.846
Passivo Circulante	4.336.911	5.182.753
Passivo Não Circulante	5.309.092	5.309.092

13 - C

Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serviços Assistenciais	2018	2017
Eventos a Liquidar de Operações de Assist. à Saúde	4.723.001	5.149.167
Eventos a Liquidar - Intecia Amico Saúde	7.714	900.301
Eventos a Liquidar - Intecia Esho	1.165.184	-
Total do Passivo Circulante	5.895.899	6.049.468

13 - D

Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e não Avisados (PEONA)	2018	2017
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	8.792.456	12.445.140
TOTAL	8.792.456	12.445.140
TOTAL GERAL	44.543.899	47.065.730

a) Provisões de Prêmios / Contraprestações Não Ganhas

A partir de 2013 a empresa conforme RN 322/13, passou a constituir no Passivo Circulante a PPCNG – Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhas, para registrar mensalmente a obrigação assumida pela operadora dos contratos que ainda não decorreram a cobertura de risco.

b) Provisões de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS

As Provisões do Ressarcimento ao SUS foram constituídas no momento do recebimento do aviso, observando os critérios definidos pela regulamentação específica em vigor.

Ressalta-se que com a publicação do plano de contas vigente a partir de 2016, os valores da PESL SUS garantidos por depósito judicial passaram a ser contabilizados no passivo não circulante, entretanto esta nova regra ainda não está refletida no quadro de contabilização da PESL SUS exibido no site da ANS.

c) Provisões de Eventos / Sinistros a Liquidar para outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Os Eventos a Liquidar com operações de assistência médica e odontológica são classificadas como Provisão de Eventos a Liquidar (PESL), no grupo Provisões Técnicas de Operações de Assistência Médica de acordo com a RN 290/12, alterada pela RN 322/13.

O Plano de Saúde Ana Costa Ltda., é sociedade controladora do Hospital Ana Costa S.A, portanto mantém contrato de prestação de serviços médicos hospitalares e ambulatoriais com a controlada com preços similares ao de mercado praticados aos terceiros.

d) Provisões de Eventos/Sinistros Ocorridos e não avisados – Cálculo Atuarial

As Provisões Técnicas foram constituídas conforme parâmetro estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 160/07, editada pelo órgão regulamentador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, onde a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), ocorre de forma gradual, no prazo de 6 (seis) anos, contados a partir de janeiro de 2008, neste exercício foi constituída integralmente; a partir de abril/2016, conforme aprovação da metodologia própria o reconhecimento contábil é efetuado pelo cálculo atuarial.

Memória de Cálculo PEONA - Metodologia Atuarial		
Período	2018	2017
1º Trimestre	50.843.490	50.357.964
2º Trimestre	48.766.661	51.356.461
3º Trimestre	50.474.416	53.163.316
4º Trimestre	50.199.175	43.899.946
Média dos Eventos Indenizáveis (pré-estabelecido) últimos 12 meses	16.690.312	16.564.807
Fator PEONA	0,5268	0,7513

As Provisões Técnicas devem ser lastreadas por Ativos Garantidores, dados pelas aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas. Em 31 de dezembro de 2018 a Operadora apresentava os seguintes Vínculos e Lastros:

Suficiência de Ativos Garantidores	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Garantidores Vinculados		
PEONA	8.723.033	12.445.140
PESL SUS	9.659.395	10.491.846
PELS Outros Prestadores	577.562	931.268
(-) Depósitos Judiciais - Eventos/Sinistros	(6.811.787)	(6.291.005)
(-) PELS SUS Parcelada	(892.649)	(4)
(-) PELS SUS ABIS x % hc - índice de adimplência (2,20%)	(674.764)	(37.158)
(-) PELS SUS suspensa com mais de 5 anos do vencimento	(687.689)	-
Total de Necessidade de Vínculo	9.893.101	17.540.086
Aplicações Garantidoras das Provisões Técnicas (Vínculo)	28.057.593	26.638.237
Suficiência de Ativos Garantidores	18.164.492	9.098.151
Ativos Garantidores Lastreados		
PEONA	8.723.033	12.445.140
PESL Outros Prestadores	5.851.323	6.049.468
PESL SUS	9.659.395	10.491.846
(-) Depósitos Judiciais - Eventos/Sinistros	(6.811.787)	(6.291.005)
(-) PELS SUS Parcelada	(892.649)	(4)
(-) PELS SUS ABIS x % hc - índice de adimplência (2,20%)	(674.764)	(37.158)
(-) PELS SUS suspensa com mais de 5 anos do vencimento	(687.689)	-
Total de Necessidade de Lastro	15.166.862	22.658.287
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	28.057.593	26.638.237
Total de Ativos Garantidores	28.057.593	26.638.237
Sobra de Suficiência de Ativos Lastreados	12.890.731	3.979.951

(-) PELS SUS ABIS x % HC-índice de adimplência * 2018 = 46,57% 2017 = 2,20%

e) Margem de Solvência

Em relação às exigências de Patrimônio Mínimo, em 31 de dezembro de 2016, a empresa apresentava a seguinte posição:

Descrição	2018	2017
A Contraprestações Líquidas - Preço Pré-Estabelecido - dos últimos 12 meses	280.351.309	258.219.003
B Eventos Inden. Líquidos - Preço Pré-Estabelecido - dos últimos 36 meses	581.068.129	551.552.819
C Eventos Inden. Líquidos - Preço Pós-Estabelecido - dos últimos 36 meses	-	2.323
D 0,20 x média de contraprestações líquidas (100% pré-estabelecido e 50% pós-estabelecido)	56.070.262	51.643.801
E 0,33 x média anual 36 meses dos eventos inden.líquidos (100% pré-estabelecido e 50% pós-estabelecido)	63.917.494	60.670.938
F Margem de Solvência Total	63.917.494	60.670.938
G Margem de Solvência Parcial *	45.074.617	38.307.630
H Margem de Solvência Exigida	45.074.617	38.307.630

G - Margem de Solvência Parcial * 70, % 63,52%

Descrição	2018	2017
Patrimônio Líquido data base	88.836.789	65.737.310
Ajustes no Patrimônio Líquido		
Despesas Antecipadas	(18.376)	(16.139)
Intangível	-	-
Total dos Ajustes	(18.376)	(16.139)
Patrimônio Líquido Ajustado	88.818.413	65.721.171
Necessidade de Margem de Solvência	45.074.617	38.307.630
Sobra/ Falta da Suficiência de Margem de Solvência	43.743.797	27.413.541

f) **Patrimônio Mínimo Ajustado PMA**

PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO		
Descrição	2018	2017
Capital Base	8.503.233	8.145.639
Fator K	18,06%	18,06%
PMA Total	1.535.684	1.471.102
PMA Exigido	1.535.684	1.471.102
PL AJUSTADO	90.028.810	65.721.171
Necessidade de PMA	Suficiente	Insuficiente

NOTA 14 – Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Débitos com Operações de Assistência à Saúde	2018	2017
Contraprestações / Prêmios a Restituir	38.969	3.311
Receita Antecipada de Contraprestações	478.754	425.403
Débitos de Comercialização sobre Operações	1.126.143	477.462
Total	1.643.866	906.176

NOTA 15 – Tributos e Encargos Sociais a Recolher

PROVISÕES IRPJ E CSLL	2018	2017
Provisão para IRPJ	610.040	1.088.002
Provisão para CSLL	474.352	572.676
Sub-Total	1.084.391	1.660.678
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES		
Imposto sobre serviços - ISS	149.367	171.385
Sub-Total	149.367	171.385
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		
INSS a pagar	160.280	113.311
FGTS a recolher	53.705	43.990
Outras Contribuições a recolher	276	185
Sub-Total	214.261	157.486
PIS E COFINS		
Cofins s/ faturamento a recolher	302.402	349.705
Pis s/ faturamento a recolher	49.140	56.827
Sub-Total	351.542	406.532
RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		
IRRF de funcionários	74.349	43.039
IRRF de terceiros	99.443	78.673
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	300.099	243.710
Cofins	15.686	17.998
PIS	3.399	3.900
Contribuições Previdenciárias retidas de terceiros	12.975	16.155
Ret. Fonte lei 10833	224.916	186.564
Sub-Total	730.865	590.038
TOTAL TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.530.427	2.986.118

Conciliação da alíquota nominal à alíquota efetiva		
	2018	2017
Resultado contábil antes do IRPJ e CSLL	41.791.084	43.328.806
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição Social pela alíquota efetiva	(14.208.969)	(14.731.794)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Despesas Indedutíveis (i)	(195.851)	(96.552)
Doações e Multas	(171.530)	(184.676)
Equivalência Patrimonial	(1.152.948)	1.506.713
Outras diferenças temporárias (ii)	(3.843.533)	(857.850)
Baixa com créditos incobráveis (iii)	-	1.457.867
Outros ajustes	538.402	262.551
Imposto de renda e Contribuição Social no resultado	(19.034.429)	(12.643.740)
Alíquota fiscal efetiva	45,55%	29,18%

(i) Valores referentes as despesas com brindes, perdas indedutíveis, patrocínio, etc;

(ii) Valores referentes as provisões de perdas sobre créditos, provisões de ações judiciais e provisões de eventos a liquidar (SUS);

(iii) Valores de baixas de créditos incobráveis de anos anteriores à 2018.

NOTA 16 – Débitos Diversos

DESCRIÇÃO	2018	2017
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		
Salários e Rescisões a pagar	251.972	192.885
Férias e encargos sociais a pagar	807.782	677.581
Outras obrigações com pessoal	13.272	8.761
Sub-Total	1.073.026	879.228
FORNECEDORES		
Fornecedores - Outros	356.892	344.641
Fornecedores - Próteses	1.025.203	935.961
Partes Relacionadas - Assistência Médica de Funcionários	-	17.607
Intercia-Hospital Avorada	10.697	-
Intercia-Esho	43.669	-
Sub-Total	1.436.462	1.298.210
OUTROS DÉBITOS A PAGAR		
Aluguel a Pagar	23.570	23.525
Outros Débitos	30.093	883.048
Perdas com Investimentos	-	882.880
Sub-Total	53.663	1.789.453
Total	2.563.151	3.966.891

Termos e condições dos passivos financeiros acima referidos:

- Fornecedores não rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 90 dias.
- Obrigações com pessoal não rendem juros e para o caso de férias tem prazos médios de até dois anos.
- Outros débitos a pagar não rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 30 a 120 dias.

NOTA 17 – Provisões

A) Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis – Grau de Risco Provável

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a validação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Essas provisões estão assim demonstradas:

Contingência - Provável	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Provisões Tributárias	Total
Saldo início do período 2016	308.195	344.349	-	652.543
Adições	100.615	762.058	-	862.673
Reversões	(308.195)	(344.349)	-	(652.543)
Saldo final do período 2017	100.615	762.058	-	862.673
Adições	121.070	9.906.901	1.445.030	11.473.001
Reversões	(100.615)	(762.058)	-	(862.673)
Saldo no final do período 2018	121.070	9.906.901	1.445.030	11.473.001

As contingências possíveis estão assim representadas:

Contingência - Possível	2018	2017	2016
Tributária	2.536.762	-	709.501
Cível	10.281.824	6.497.669	14.711.866
Trabalhista	1.771.780	814.365	2.528.443
Total	14.590.366	7.312.034	17.949.810

A Sociedade possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e por seus assessores legais como possível.

NOTA 18 – Capital Social

O Capital Social está subscrito e integralizado, representado por 25.106.551 (Vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e uma), quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, representando um capital social de R\$ 25.106.551 (Vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais) pertencentes a pessoas jurídicas, físicas, brasileiras, residentes e domiciliadas no país.

NOTA 19 – Abertura de Eventos Indenizáveis por plano e rede credenciada

Cobert. Assist.c/Preço Pre-estabelecido	2018	2017
Plano Individual/Familiar	96.943.453	95.462.128
Pl.Coletivos por Adesao	19.691.509	22.123.149
Pl.Coletivos Empresariais	81.593.608	80.508.091
Sistema Unico de Saude - SUS	2.055.172	684.320
Prov.de Ev/Sin.Ocor.e Ñ Avisados-PEONA	(3.652.683)	(1.087.639)
Total	196.631.059	197.690.048

NOTA 20 - Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da OPS

Outras Receitas Operacionais	2018	2017
Patrocínio	-	13.749
Bonificações	-	8.500
Sobra de Caixa	1	3
Rendas Eventuais	-	44.832
Recup. De Créditos Incobráveis	87.150	40.201
Recuperação de Despesas	351.897	-
Total	439.048	107.284

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ CARLOS LOUREIRO GUIMARÃES DE ALCANTARA

DIRETOR - PRESIDENTE

JACQUES JEAN DANIEL COUDRY

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

HERALDO JESUS MARQUES DA SILVA

DIRETOR

CONTADORA

MARCIA RITA NEFERTITE CAPOVILLA MIRANDA

CRC 1SP188938/O-9

EQUIPE ATUARIAL

MASTER SERVIÇOS ATUARIAIS LTDA

CIBA 135

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Quotistas do
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
Santos – SP

**Grant Thornton Auditores
Independentes**
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3529-9234
www.grantthornton.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (“S”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Plano de Saúde Ana Costa Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 22 de março de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2019.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1